

MIGRAÇÃO E ESCOLARIDADE NO OESTE DO PARANÁ: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ricardo Rippel

Leandro José de Oliveira

Kristianno Fireman Tenório

Moacir Piffer

GRUPO DE TRABALHO: GT4 – Desenvolvimento rural, alimentação e consumo sustentável

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento do Oeste do Paraná a partir das transformações demográficas e produtivas ocorridas na zona rural da região entre as décadas de 1960 e 2000. O foco recai sobre o perfil educacional dos chefes de família imigrantes e sua inserção nos setores produtivos locais. Inicialmente majoritária no setor primário, a mão-de-obra migrante apresentava baixa escolaridade, cenário que se altera com a intensificação da mecanização agrícola, a modernização produtiva e a urbanização. Esse processo gerou um novo padrão de seletividade migratória, no qual se elevam as exigências educacionais e se amplia a participação de migrantes mais qualificados. O estudo evidencia o vínculo entre transformação rural, êxodo populacional e reestruturação das bases socioeconômicas da região, destacando o papel da educação como condicionante do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Transformação rural. Migração. Desenvolvimento regional. Educação. Modernização agrícola.

Introdução

A relação entre desenvolvimento e educação tem sido amplamente debatida no cenário mundial, especialmente nos últimos 80 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ficou evidente que os países que conseguiram se recuperar mais rapidamente das perdas provocadas pelo conflito foram aqueles cuja população possuía, em média, um nível educacional mais elevado.

Esse debate reflete situações práticas do cotidiano e tem atraído a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Para Singer e Szmrecsányi (1991), a conexão entre desenvolvimento e dinâmica populacional configura-se como um processo ampliado, que ultrapassa em muito a mera abordagem do crescimento econômico de um país ou região. Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário um conjunto de condições que afetam de maneira visível as populações rurais e urbanas.

Percebe-se, assim, que o desenvolvimento é um processo amplo e, acima de tudo, qualitativo, gerador de mudanças estruturais e histórico por natureza. Não apenas por demandar tempo para se concretizar, mas também por representar uma evolução entre

situações estruturalmente distintas. As concepções modernas sobre desenvolvimento levaram à criação de instrumentos capazes de medi-lo, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo Rippel (2005), o desenvolvimento deve resultar em melhorias nas condições de vida dos indivíduos, para o que o crescimento econômico e a industrialização são essenciais. Contudo, se não houver preocupação com a qualidade do crescimento e das transformações sociais, não se pode falar efetivamente em desenvolvimento.

De acordo com as Nações Unidas, o desenvolvimento econômico tem como finalidade oferecer melhores oportunidades de vida às populações e uma de suas condições essenciais é abranger as necessidades básicas das pessoas, como nutrição, educação, emprego e distribuição de renda, criando oportunidades concretas de melhoria da qualidade de vida. Para que isso aconteça, é preciso mais do que crescimento econômico: é necessário garantir dignidade humana, qualidade de vida, segurança, justiça, igualdade e bem-estar social. A qualificação educacional das pessoas é um dos principais instrumentos para alcançar esses objetivos.

Observa-se que os debates sobre o tema evoluíram, especialmente após as contribuições de Rostow (1978), que aponta o desenvolvimento como um processo em estágios sucessivos, nos quais a participação das pessoas é fundamental, pois são elas as protagonistas e beneficiárias das transformações.

Ravenstein (1980), por sua vez, destaca que o desenvolvimento econômico de uma região influencia os deslocamentos populacionais. Sustenta que há uma relação de interdependência entre crescimento econômico e migração, sendo ambos fatores que se retroalimentam. Esses fluxos migratórios merecem, portanto, análises detalhadas. Os enfoques de análise regional tornaram-se ferramentas importantes nesses estudos, especialmente quando se consideram as transformações econômicas e demográficas dos espaços rurais nas últimas décadas (Rippel, 2022).

Essa realidade se evidencia no Brasil, onde a migração de indivíduos e famílias tem sido constante ao longo da história, desempenhando papel determinante na configuração das áreas de colonização agrícola e pecuária, sobretudo nas regiões de ocupação recente. A análise criteriosa dessas dinâmicas permite compreender a relação entre os processos migratórios, a modernização da produção agrícola e o consequente êxodo rural (Rippel, 2005).

Dessa forma, os estudos sobre população rural e migração interna merecem atenção contínua, dada sua complexidade e o contexto histórico e social em que se inserem, marcados por deslocamentos expressivos, reordenações territoriais e pela construção de espaços

existenciais historicamente produzidos. Como fenômeno social relevante, as migrações internas são condicionadas por transformações globais de ordem social e econômica, das quais são parte indissociável (Rippel, 2005).

A formação territorial do Oeste do Paraná não foi diferente, ocorrendo por meio de frentes pioneiras articuladas entre empresas colonizadoras privadas e o Estado, resultando em uma ocupação planejada, porém marcada por conflitos fundiários e pela sobreposição de projetos econômicos distintos (Lamb, 2017). Diante dessa constatação, o Oeste do Paraná configura-se como um importante objeto de pesquisa, por tratar-se de uma região de formação socioeconômica recente, cuja ocupação resultou de movimentos migratórios colonizadores, sobretudo oriundos do Sul do Brasil.

Nesse contexto, este artigo trata da produção e das transformações na realidade econômica e demográfica do Oeste do Paraná, com ênfase nas mudanças ocorridas principalmente na zona rural, influenciadas pelas migrações. O foco recai nas características educacionais dos chefes de família imigrantes que se dirigiram à região desde 1946 e que, ao longo do tempo, vivenciaram transformações significativas na sua inserção social e produtiva.

O Desenvolvimento de uma Região

O desenvolvimento de uma região está vinculado à dinâmica e à organização do capital, que tende a transformar as condições “locais”, moldando-as conforme seus interesses e necessidades de expansão. O deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área específica está, geralmente, relacionado tanto ao comportamento da economia em escala mais ampla quanto ao processo de inserção e unificação de mercados regionais e nacionais (Santos, 1997).

Esse processo gera mudanças relevantes na estrutura produtiva local, o que, por sua vez, modifica as possibilidades de inserção social, econômica e funcional dos indivíduos, alterando substancialmente as oportunidades de ocupação percebidas pelos imigrantes. Assim, o crivo de exigências ao qual passam a ser submetidos torna-se mais rigoroso, e uma das poucas formas de contornar essas barreiras é por meio da elevação da qualificação educacional das pessoas (Rippel, 2005).

Esses fluxos, até meados da década de 1970, eram direcionados fundamentalmente à zona rural. Nesse período, a região foi integrada ao modelo de desenvolvimento nacional voltado à ocupação da fronteira oeste do país e ao processo de transnacionalização do capital.

Nesse movimento, a região acolheu grandes contingentes populacionais, provenientes majoritariamente das antigas zonas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul e de Santa

Catarina, estruturadas com base na pequena propriedade familiar. Contudo, a redução das oportunidades de inserção na fronteira agrícola coincidiu com o avanço do desenvolvimento agroindustrial brasileiro e com importantes mudanças no padrão produtivo nacional.

O período subsequente foi marcado por intensos fluxos migratórios de saída do Paraná, que passou a apresentar uma das menores taxas de crescimento populacional do país. Esse cenário foi ainda mais acentuado na região Oeste, conforme aponta Rippel (2005).

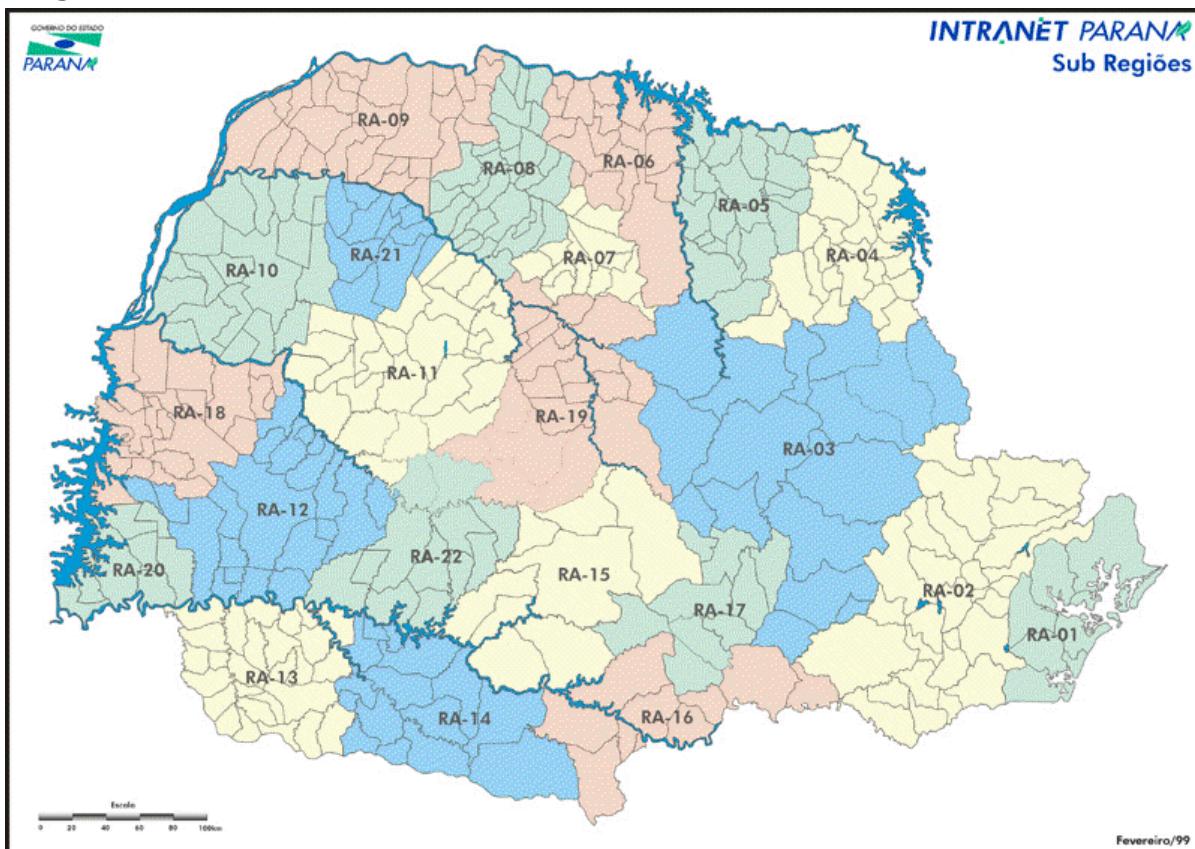
Segundo o autor, esses processos também se refletiram nos movimentos migratórios de pessoas e capitais em âmbito nacional, inserindo novos territórios e fronteiras no dinâmico circuito da produção capitalista. No Oeste paranaense, essa realidade se tornou evidente nas transformações produtivas e nas novas possibilidades, ou restrições, de inserção social e econômica, especialmente entre os chefes de família imigrantes, cujas trajetórias são mais bem compreendidas a partir da análise de sua formação educacional.

Estudos como o de Tschá, Rippel e Ferrera de Lima (2009) indicam que o crescimento econômico e demográfico da região, embora mais evidente nos centros urbanos de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, tem sido sustentado por uma ampla rede de cidades que consolidam dois eixos de urbanização interligados à fronteira internacional.

Essa transformação ocorreu com intensidade na região, impulsionada pelo acesso dos produtores a tecnologias avançadas, como máquinas, equipamentos, sementes tratadas e crédito abundante, voltadas à consolidação do binômio produtivo agrícola soja/trigo. Esses instrumentos provocaram efeitos profundos no comportamento das populações locais, especialmente nas zonas rurais, impactando de maneira significativa as possibilidades de inserção dos imigrantes e, consequentemente, a exigência de maior qualificação educacional (Rippel, 2005).

Atualmente, o Oeste do Paraná abriga duas das seis maiores cidades do estado, Foz do Iguaçu e Cascavel, e está organizado em três Regiões Administrativas (RAs): RA 12 (Cascavel), RA 18 (Toledo) e RA 20 (Foz do Iguaçu), conforme se observa na Figura 1 a seguir:

Figura 01. MAPA DAS SUB-REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: Rippel (2005, p. 09).

Segundo Linhares (1978), a região ocupa uma posição estratégica no território brasileiro, fazendo divisas geográficas internas com os estados do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, além de extensas fronteiras internacionais com o norte do Paraguai, abrangendo os departamentos de Canindiyú, Alto Paraná e Itapuá, e com o noroeste da Argentina, na região de Misiones.

De acordo com Wachowicz (1988) e Magalhães (1996), o Oeste do Paraná foi a última área do estado a ser colonizada. Seu processo de ocupação ocorreu no contexto do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, impulsionado por iniciativas do Senado Federal a partir de 1938. No entanto, ao contrário de outras regiões ocupadas nesse período, como o interior de Goiás, o Oeste paranaense só teve seu povoamento efetivamente estimulado após o término da Segunda Guerra Mundial.

A criação do extinto Território Federal do Iguaçu é um exemplo emblemático da importância estratégica conferida à região durante os esforços de expansão da fronteira agrícola nacional, revelando o papel do Oeste do Paraná na geopolítica de ocupação e desenvolvimento do país (Schallenberger; Schneider, 2008).

Após a primeira etapa de colonização, marcada pela exploração e posterior esgotamento dos recursos naturais extrativistas, entre a década de 1940 e o fim da década de 1970, a região entrou em um período de transição. Esse momento articulou as experiências de expansão e declínio da fronteira agrícola, atreladas aos movimentos do capital no espaço nacional.

Na década de 1960, iniciaram-se ajustes nos setores produtivos agrícolas que culminaram em uma rápida modernização das atividades do campo. Assim, ao longo da década de 1970, o Oeste do Paraná foi plenamente incorporado aos projetos nacionais de base exportadora (Rippel, 1995).

Durante essa década, a agricultura regional passou por profundas transformações, impulsionadas pela modernização do setor agropecuário em escala nacional. Esse processo foi incentivado por políticas públicas de crédito com juros reais abaixo da inflação, além da estruturação de canais de comercialização voltados para o mercado externo, especialmente para atender à crescente demanda por proteínas vegetais, como soja e trigo.

Essa conjuntura, associada às condições geofísicas e à topografia favorável da região, permitiu a mecanização de vastas áreas agrícolas. Tal dinâmica afetou diretamente o padrão de absorção e repulsão de mão de obra ao longo do tempo. A expressiva expansão populacional nas décadas de 1950 a 1970 esteve diretamente vinculada à intensificação das vendas de terras agrícolas e à atração de migrantes, o que fundamentou a base da economia regional, inicialmente voltada à policultura (Rippel, 2005).

Contudo, a partir do final dos anos 1970, a modernização da agricultura orientada para a exportação promoveu uma significativa alteração na capacidade de absorção e permanência da mão de obra rural. Essa nova realidade, somada às crises enfrentadas pelo setor agrícola no final da década, desencadeou graves problemas socioeconômicos. Conforme Magalhães (1996), esse cenário resultou na expulsão de inúmeros pequenos proprietários de suas terras.

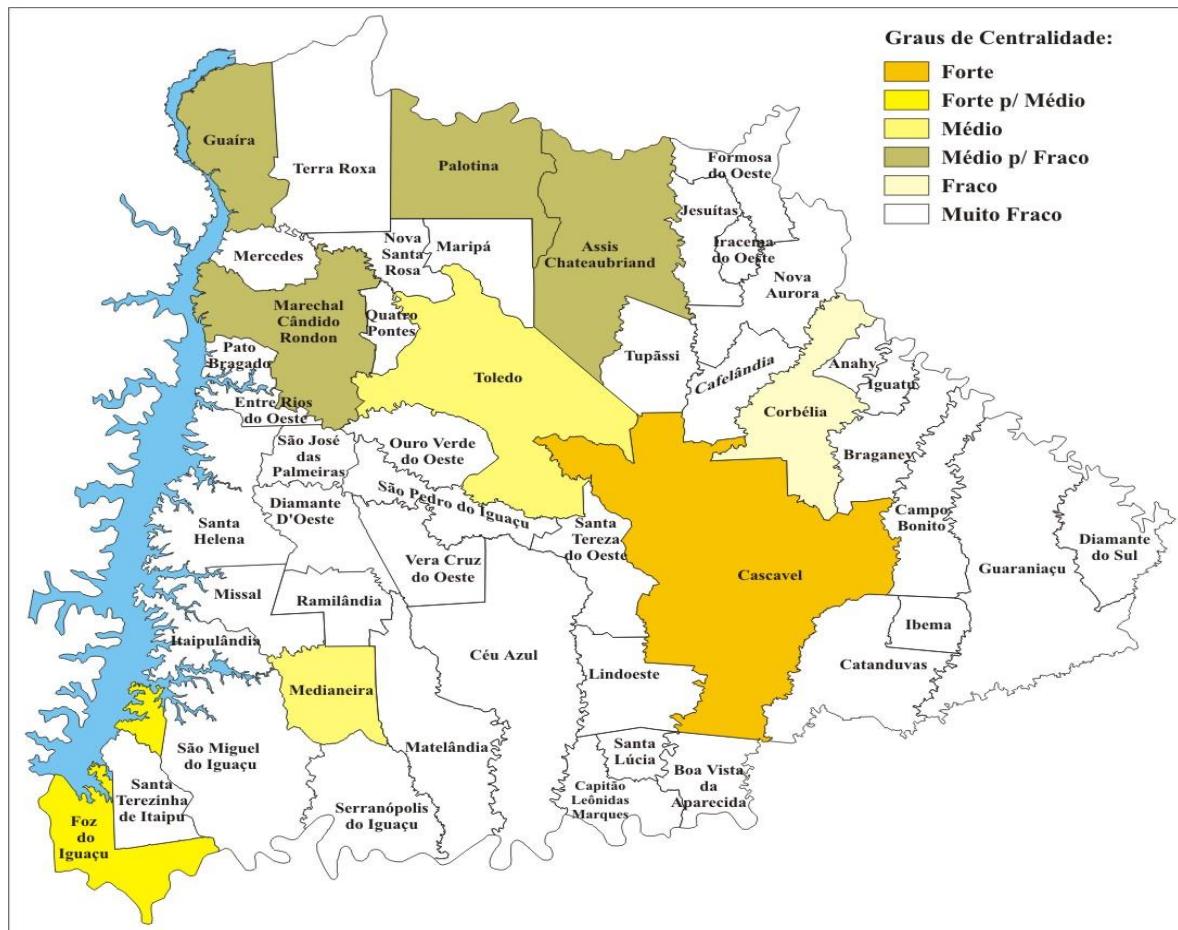
A reestruturação produtiva promovida pela modernização agrícola e pela consolidação do agronegócio na região Oeste tem provocado uma migração forçada da população rural, que encontra novos meios de inserção nas atividades urbanas e industriais, especialmente nos setores de serviços e transformação (Rippel; Rippel; Golfeto, 2006; Vendramini *et al.*, 2020).

Em curto intervalo de tempo, uma verdadeira revolução tecnológica tomou forma na região, gerando transformações econômicas profundas e afetando fortemente a dinâmica do crescimento populacional e sua distribuição territorial. Segundo Martine (1994), o Oeste do

Paraná passou rapidamente de região receptora de grandes fluxos migratórios para uma das principais áreas de emigração rural do país.

Esse processo foi acompanhado por um acelerado êxodo rural e uma urbanização concentradora, que resultaram na formação de uma estrutura regional caracterizada por diferentes graus de centralidade entre os municípios, como será demonstrado na Figura 02 a seguir:

FIGURA 02. REGIÃO OESTE DO PARANÁ (MUNICÍPIOS E FRONTEIRAS) – 2005



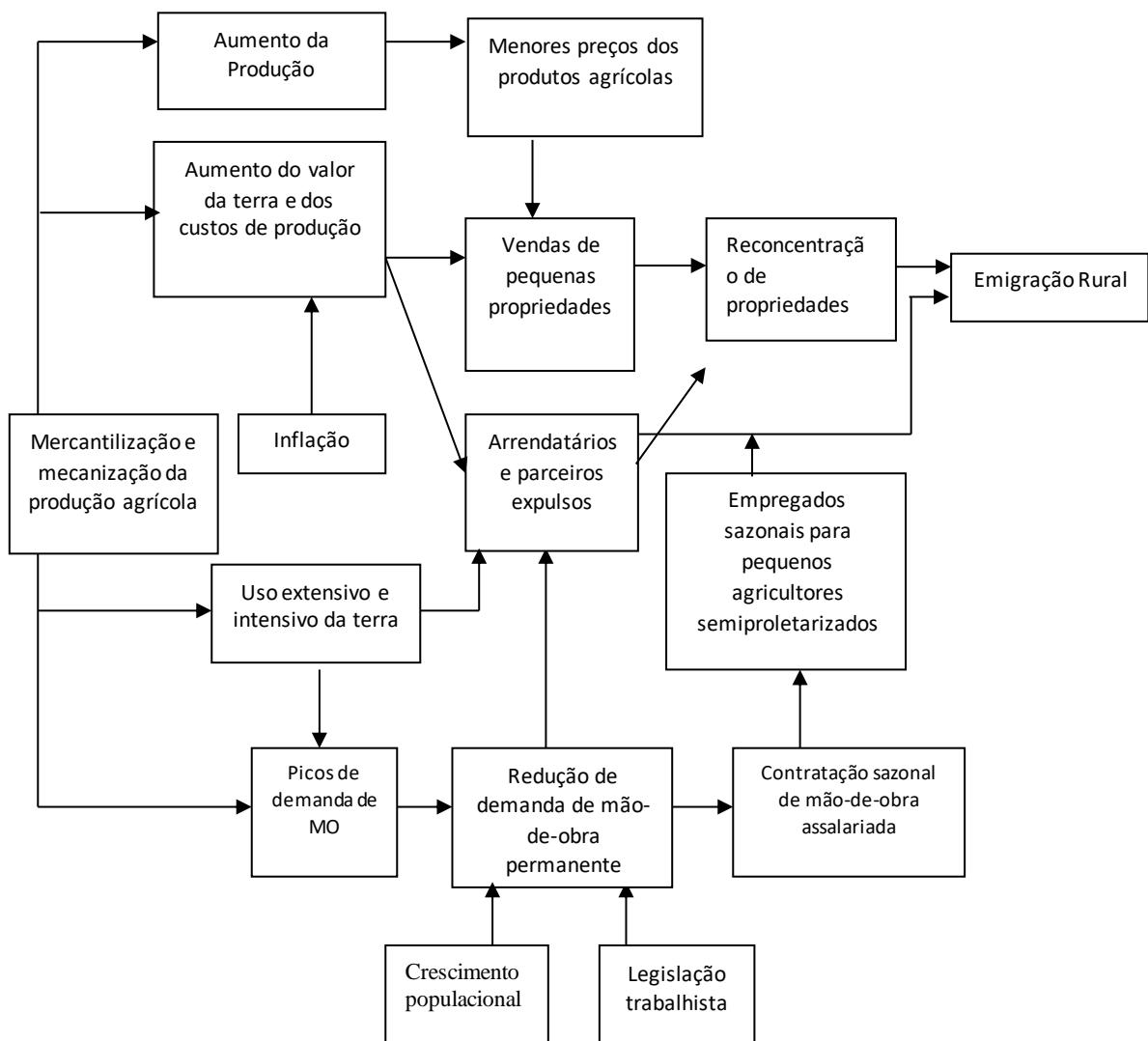
Fonte: RIPPEL *et al* (2005).

Disso resulta que alguns municípios da região passaram a exercer, e ainda exercem, diferentes graus de influência sobre o crescimento e o desenvolvimento regional. Destacam-se nesse processo as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, que apresentam níveis de centralidade mais expressivos em comparação às demais localidades.

Esses graus de centralidade também se refletem em padrões de atração e repulsão migratória, indicando que esses municípios historicamente lideraram o crescimento econômico e demográfico do Oeste do Paraná. Torna-se evidente, portanto, que o desenvolvimento regional esteve intrinsecamente ligado à dinâmica da economia e da população (Rippel *et al.*, 2005).

Desde o início da colonização, a região já mantinha relações de troca, ainda que não de forma acentuada, com diversas partes do território nacional e até com o mercado internacional. Como aponta Rippel (2005), o desempenho demográfico do Oeste do Paraná refletiu, ao longo do tempo, uma significativa participação dos fluxos migratórios. Esses movimentos, por sua vez, mantêm forte relação com as transformações ocorridas na população rural e nos setores econômicos da região, especialmente no setor primário.

Figura 03. Mecanismos por meio dos quais a Mecanização e a Mercantilização da Produção Agropecuária no Oeste do Paraná influenciaram a Emigração Rural



Fonte: Rippel (2005, p.68).

Desse modo, os pequenos produtores rurais, embora tenham sido significativamente reduzidos em termos populacionais na região, ainda mantêm importância considerável no

Oeste do Paraná. Segundo dados da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado, na segunda década do século XXI, aproximadamente 35% das terras da região ainda pertencem a mini e pequenos produtores rurais.

Essa interpretação do processo regional está alinhada com a análise de Wood e Carvalho (1994), que, ao estudarem um cenário semelhante, apontam que a adoção do binômio produtivo soja-trigo no Brasil gerou consequências significativas, especialmente em áreas de fronteira agrícola recente, como é o caso do Oeste do Paraná. A Figura 03 ilustra como, via de regra, esse processo ocorreu. Elaborada com base nas argumentações dos autores, a figura busca retratar os principais mecanismos pelos quais a comercialização e a mecanização da produção agrícola resultaram em um aumento da emigração rural na região.

Ainda que o diagrama não esgote todas as causas do êxodo rural ou da migração no território, ele oferece uma sistematização elementar das relações-chave previamente discutidas, com as quais concordamos. O que se observou foi um processo de transformação intensa, que repercutiu diretamente na organização fundiária da região: em 1975, mais de 55% do território rural era composto por pequenas propriedades, proporção que caiu para apenas 36,36% em 1999 (Rippel, 2005).

Essas transformações também impactaram de forma expressiva a distribuição da população regional. Em 1970, segundo o Censo Demográfico, 80,13% da população da área residia na zona rural. No ano 2000, esse quadro se inverteu: apenas 18,40% dos habitantes viviam em áreas rurais. Em 2022, a tendência se intensificou ainda mais, com apenas 10,8% da população total residindo no campo, conforme evidenciado na Tabela 01.

TABELA 01. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO OESTE DO PARANÁ DE 1970 A 2022

Ano do Censo	População Urbana		População Rural		População Total
	Total Urbano	% no total da Pop.	Total Rural	% no total da Pop.	
1.970	149.516	19,87	602.916	80,13	752.432
1.980	484.504	50,43	476.225	49,57	960.729
1.991	728.126	71,67	287.803	28,33	1.015.929
1.996	832.691	77,2	245.893	22,8	1.078.584
2.000	929.092	81,6	209.490	18,4	1.138.582
2.010	1.044.091	85,61	175.467	14,4	1.219.558
2.022	1.251.479	89,18	151.787	10,8	1.403.266

Fonte: Rippel (2005, p. 121, e Censos Demográficos do Brasil de 2010 e 2022).

Essa mudança está diretamente relacionada ao crescimento do uso de tecnologias mais avançadas na produção rural, devido à necessidade de adaptação da região às novas exigências produtivas e de mercado. Essas demandas passaram a priorizar o aumento da

oferta de commodities, cuja produção requer um grau mais elevado de tecnologia, como é o caso da soja e do trigo (Rippel, 2005; 2022).

Dessa forma, a modernização da agricultura regional se confunde com a própria expansão da produção de commodities na área. Segundo Rippel (2005), à medida que a produção dessas culturas crescia, intensificava-se também o uso de tecnologias mais avançadas, especialmente aquelas representadas por máquinas de plantio, colheita e tratores, conforme evidenciado na Tabela 02 a seguir. Esses três equipamentos, essenciais para uma produção mais rápida e eficiente, também contribuíram significativamente para o aumento do desemprego no campo, ao substituírem a força de trabalho tradicional.

Tabela 02. Números de Equipamentos Mecânicos Rurais no Oeste do PR - anos de 1975, 1980, 1985 e 1995

Equipamento \ Anos	1975	1980	Var % 1975/80	1985	Var % 1980/85	1995	Var % 1985/95	Var % 1975/95
Arados (tração animal)	35.414	35.819	1,14	38.535	7,58	20.618	-46,50	-41,78
Arados (tração mecânica)	13.684	21.761	59,03	22.173	1,89	17.625	-20,51	28,80
Máquinas (plantio)		13.704	-	19.389	41,48	18.357	-5,32	
Máquinas (colheita)	5.968	9.064	51,88	5.235	-42,24	4.801	-8,29	-19,55
Tratores	10.216	16.247	59,03	20.667	27,21	31.986	54,77	213,10

Fonte: Rippel (2005, pg. 128).

Esse fenômeno é relevante, pois, segundo Ambercombe (1972), um único trator pode substituir, em média, 19 trabalhadores em propriedades com áreas entre 50 e 200 hectares. O autor ainda aponta que a taxa de substituição entre trabalhadores e máquinas diminui progressivamente com o aumento da área cultivada, sendo mais acentuada em cultivos como o trigo.

Assim, ao analisarmos o aumento do número de tratores na região, observa-se que esse valor cresce concomitantemente à redução da população rural. Se aprofundarmos essa análise, constataremos que, entre 1975 e 1999, houve um acréscimo de 21.770 tratores na região. Multiplicando-se esse valor pelo número médio de trabalhadores substituídos por trator, conforme Ambercombe (1972), chega-se a uma estimativa de mais de 416.000 trabalhadores desalojados da zona rural do Oeste do Paraná nesse período.

Essa substituição ocorreu em grande parte devido à introdução de mais tratores nas áreas de produção agrícola, e o volume de indivíduos deslocados por conta desse avanço tecnológico apresenta valores muito próximos à redução da população rural da região entre 1970 e 2000. Isso permite estabelecer uma clara correlação entre a modernização da produção agrícola e o processo de emigração rural, conforme também sustentado por Rippel (2005).

Durante as últimas décadas do século XX, o Oeste do Paraná testemunhou uma completa reconfiguração na distribuição da sua população, de acordo com a situação de domicílio, como evidenciado na Tabela 01. Essa transformação é fundamental, pois a região partiu de uma lógica produtiva intensa em mão-de-obra, sobretudo familiar, simples e rústica, para um modelo intensivo em tecnologia e de baixa absorção de trabalhadores, como se pode observar na Tabela 02. Enquanto a Tabela 01 evidencia a mudança no padrão de residência, a Tabela 02 demonstra o avanço do parque tecnológico agrícola.

Percebe-se que essa transição foi acompanhada pela disseminação e intensificação do uso de tecnologias modernas nos processos de plantio, manutenção e colheita. Esse fato se tornou, ao longo do tempo, um importante fator de condicionamento dos fluxos migratórios regionais. Sobre isso, Wood e Carvalho (1994) apontam que a mecanização da produção agrícola e sua comercialização tendem a crescer de forma simultânea e que esse fenômeno repercute diretamente no comportamento demográfico de diversas regiões do Brasil.

Segundo os autores, o aspecto mais significativo desses deslocamentos populacionais rurais é a redução da demanda por mão-de-obra permanente, uma vez que, com a mecanização, muitos empregados rurais, arrendatários e parceiros são substituídos por trabalhadores temporários assalariados. Isso intensifica o uso da tecnologia e transforma o sistema de produção, tornando-o mais independente da mão-de-obra tradicional.

Nesse contexto, o Oeste do Paraná apresenta reflexos concretos desse processo. Os dados indicam uma significativa redução da agricultura familiar e do total de trabalhadores no campo. O padrão produtivo regional, aliado à mercantilização da produção agrícola, comprometeu de forma decisiva as possibilidades de inserção da agricultura familiar. Somado às profundas transformações do campo brasileiro, esse cenário provocou forte redução da População Economicamente Ativa (PEA) no setor agrícola regional (Rippel, 2005).

Em 1970, a PEA regional somava cerca de 266.000 indivíduos, correspondendo a 35,46% da população total da área, dos quais 78,80% atuavam no setor primário. Esse panorama começou a mudar gradativamente. Em 1980, a PEA aumentou para 341.000 indivíduos (35,53% da população), mas a participação do setor primário caiu para 46,96%, revelando uma redução anual média de 2,68% na ocupação desse setor entre 1971 e 1980.

Em contrapartida, o setor de serviços cresceu significativamente em participação no PIB regional, embora o setor primário ainda se mantivesse como principal absorvedor de força de trabalho. A mudança indica, contudo, que esse setor se ajustava a um novo cenário produtivo.

Na década de 1980, outros setores da economia regional começaram a expandir-se rapidamente: o setor de serviços passou a representar 13,93% da população, o industrial 12,60%, o comércio 13,60% e as atividades sociais 12,65% ao ano.

Em 1991, o setor primário encolheu ainda mais, representando 30,23% da PEA e 12,17% da população total, enquanto os setores mais urbanos passaram a responder por 69,77% da PEA. Esses setores mantiveram-se na liderança no que se refere ao crescimento econômico, enquanto o setor primário registrou uma nova perda anual de 2,34% da população.

Em 2000, a tendência se manteve: a participação do setor primário caiu para 20,76% da PEA (aproximadamente 102.693 indivíduos) e apenas 9,02% da população regional. Segundo Rippel (2022), essa trajetória se manteve, com o avanço contínuo dos setores urbanos da economia.

Dessa forma, constata-se que o perfil econômico e demográfico da região passou a ser majoritariamente urbano, e que esse novo perfil impactou diretamente a forma como os imigrantes são absorvidos. Mais ainda, exigiu níveis mais elevados de qualificação educacional para que esses indivíduos pudessem se inserir no novo contexto produtivo da região.

Educação e Inserção Socioeconômica dos Imigrantes

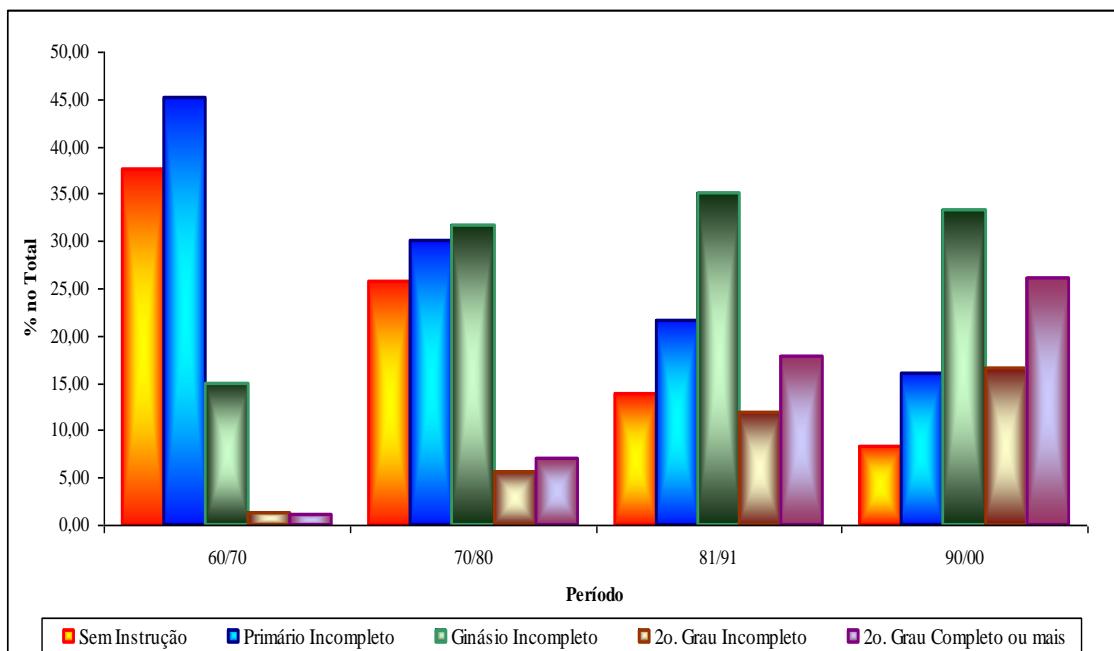
Nesta parte do artigo, traçamos considerações sobre o perfil educacional dos chefes de família imigrantes na região. O uso dessa informação permite realizar inferências sobre as características socioeconômicas dos imigrantes, assim como sobre suas motivações para a migração.

As escolas rurais, implantadas ainda na década de 1950, representaram importante fator de fixação populacional e integração sociocultural das famílias migrantes, exercendo papel estratégico na formação das primeiras gerações de agricultores e comerciantes locais (Andrade; Toledo; Andrade, 2022). Observa-se também que a predominância de indivíduos ligados à agricultura, captados nesse setor no momento da inserção ocupacional dos chefes de família migrantes na região, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980, reforça a ideia de que o setor primário era o principal absorvedor de força de trabalho migrante no Oeste do Paraná.

Esse fenômeno, somado à baixa qualificação educacional identificada em grande parte dos chefes de família, conforme demonstrado na Figura 04 a seguir, permite inferir que muitos desses imigrantes se dirigiram à região com o objetivo de inserir-se em atividades agropecuárias. Tal movimento é corroborado pelos estudos de Wachowicz (1988), Silva

(1989) e Niederauer (2004), que apontam que a escolha pela região ocorreu, em muitos casos, em função das possibilidades de inserção em setores que não exigiam qualificação formal, como é característico de áreas de fronteira agrícola.

Figura 04. Chefes de Família Migrantes segundo Anos de Estudo / Escolaridade, Principais Municípios e Oeste do Paraná – Participação Percentual períodos: 1960/70, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000.



Fonte: Rippel (2005, pg. 206).

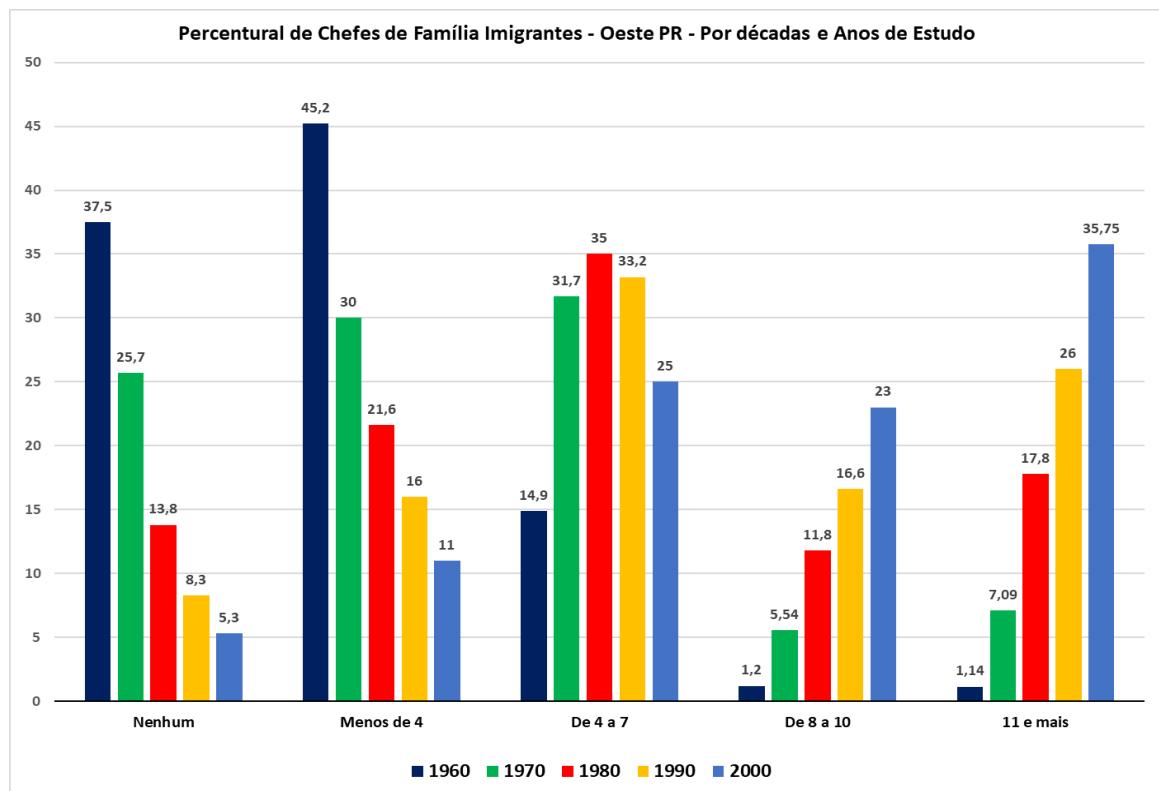
Cunha (2004), ao analisar situação semelhante, argumenta que esse tipo de configuração migratória permite supor que parte significativa dos migrantes apresentava restrições de ordem financeira e pessoal. Essa hipótese é reforçada quando se observa a baixa escolaridade da maioria dos chefes de família que migraram para o Oeste do Paraná na década de 1960.

Ao longo do período analisado, o perfil educacional desses indivíduos variou, conforme demonstrado na Figura 04. Entretanto, no recorte de 1960/1970, destacava-se a predominância quase absoluta de chefes de família que não haviam concluído o ensino primário, representando aproximadamente 82,73% do total. Dentre esses, 37,51% não possuíam qualquer instrução formal, enquanto 45,22% tinham menos de quatro anos de estudo.

Esse período coincide com a fase de maior expansão da fronteira agrícola regional, o que permite inferir que a maior parte dos chefes de família imigrantes inseriu-se no setor primário da economia, compatível com seu baixo nível de escolarização. A zona rural da região absorveu amplos contingentes de migrantes, em parte devido à sua elevada participação na distribuição da população total da área.

Entre 1970 e 1980, observa-se uma modificação relevante tanto na intensidade do fluxo migratório quanto no perfil dos chefes de família imigrantes. A região continuou sendo um polo de atração, embora com volumes inferiores aos da década anterior. Além disso, o nível educacional desses indivíduos apresentou avanços significativos: o percentual de chefes de família sem instrução formal caiu para 25,73%, enquanto aqueles com menos de quatro anos de estudo passaram a representar 29,99% do total. Juntas, essas duas categorias totalizaram cerca de 56% dos chefes de família migrantes no período, conforme demonstrado na Figura 05.

Figura 05. Chefes de Família Migrantes segundo Anos de Estudo acumulados de Escolaridade - Oeste do Paraná períodos: 1960/70, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000.



Fonte: Rippel (2015) adaptado de Rippel (2005, pg. 206).

Isso se deve basicamente a dois fatores: ao próprio desenvolvimento do país, que passou a demandar trabalhadores minimamente mais instruídos e a política nacional de educação praticada, que se havia iniciado nas décadas anteriores e que na década de 1970 apresentava os primeiros resultados. Tanto que o nível educacional dos chefes imigrantes na região de um modo geral se elevou, pois todas as demais categorias educacionais apresentaram uma composição que indica que o nível educacional dos chefes que se inseriram no período cresceu, como se percebe nas Figuras 04 e 05.

Ainda que a maior parte dos agricultores tenha vindo do Sul do país, observa-se também a presença significativa de migrantes originários de Minas Gerais e São Paulo, que contribuíram de maneira decisiva para a formação socioeconômica regional (Schallenberger; Schneider, 2008). No período de 1981 a 1991, manteve-se a tendência de queda na participação de chefes migrantes com baixo nível educacional, ao mesmo tempo em que cresceu a proporção daqueles com maior escolaridade. Pode-se afirmar que, nesse intervalo, os chefes de família mais instruídos passaram a representar a maioria entre os imigrantes na região.

O grupo com “ginásio incompleto” atingiu 35,01%, enquanto os com “segundo grau incompleto” representaram 11,78%. Já os chefes com “segundo grau completo ou mais” passaram a compor 17,11% do total. Essas três categorias, somadas, responderam por mais de 52% do total de chefes imigrantes no período.

Na década seguinte, de 1990 a 2000, essa tendência se acentuou. Os chefes com “segundo grau completo ou mais” passaram a representar 26% do total; os com “segundo grau incompleto”, 16,55%; e os com “ginásio incompleto”, 33,19%. Juntas, essas categorias somaram mais de 75% dos chefes migrantes, indicando uma significativa transformação na composição educacional do conjunto. Simultaneamente, observou-se a queda expressiva da participação daqueles com escolaridade inferior ao ensino primário.

Diversos fatores contribuíram para essa elevação no nível educacional dos chefes imigrantes. Entre eles, destaca-se a redução da migração de fronteira na região, que limitou as oportunidades para indivíduos com baixa escolaridade. Além disso, políticas nacionais e estaduais de educação também favoreceram esse novo cenário. Um ponto que merece destaque, visível na Figura 04, é a relativa estabilidade da participação dos chefes migrantes com “ginásio incompleto”, que se manteve próxima a 33,19%. Já os com “segundo grau incompleto” apresentaram um crescimento relevante, atingindo 16,55%.

Ao longo de todo o período, ocorreram mudanças significativas no perfil educacional dos imigrantes. Essas mudanças refletem não apenas a redução da migração de indivíduos com pouca escolaridade, mas também o aumento das exigências do território em relação à qualificação dos novos habitantes. Assim, o Oeste do Paraná passou a demandar níveis mais elevados de escolarização para inserção produtiva, fato apontado por Rippel (2005, 2015, 2022).

Essa transformação é ilustrativa do novo tipo de seletividade migratória que se impôs. O volume de imigrantes com ensino médio completo ou superior saltou de 1,14% em 1970 para 26% em 2000. Isso revela que, embora o fluxo migratório tenha diminuído, seu perfil educacional se elevou significativamente.

Não se pode perder de vista que esse comportamento se tornou possível em grande parte devido à redução da imigração vinculada à ocupação pioneira do território, anteriormente formada por indivíduos de baixa escolarização e voltada ao setor primário da economia. Em resumo, à medida que a participação de chefes sem instrução diminuiu, cresceu a dos chefes com níveis mais altos de escolaridade. A composição educacional do conjunto de chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná, portanto, foi profundamente alterada, em sintonia com as transformações econômicas da região.

Em 2000, observa-se um perfil claramente distinto daquele das décadas anteriores. A mudança nos setores de ocupação, aliada ao desenvolvimento econômico regional, implicou novas exigências para a inserção dos migrantes, tanto no aspecto produtivo quanto social. Essa mudança está refletida no grau de qualificação educacional dos chefes de família, como demonstrado no Gráfico 01, que apresenta a evolução dos níveis de escolaridade entre 1960 e 2000.

A experiência dos migrantes no Oeste do Paraná revela que a escola rural não foi apenas um espaço de ensino, mas também de sociabilidade e pertencimento, sendo fundamental para a integração das famílias e para a reprodução cultural de valores comunitários (Santos, 2023). Municípios que investiram precocemente em educação básica e profissionalizante lograram maior capacidade de retenção populacional, reforçando a ideia de que a educação constitui um eixo estruturante do desenvolvimento regional (Rippel; Rippel; Gólfeto, 2006).

Considerações Finais

Como demonstrado, o novo perfil migratório no Oeste do Paraná resulta diretamente da redução da intensidade dos fluxos migratórios, que se tornaram menos volumosos e compostos por indivíduos com maior escolaridade. Com o crescimento econômico e a reconfiguração produtiva da região, os critérios de inserção dos migrantes tornaram-se mais exigentes, requerendo níveis crescentes de qualificação educacional.

Consolida-se, assim, um novo padrão migratório, cuja tendência deve se intensificar nos próximos anos. A região, anteriormente marcada pela expansão da fronteira agrícola e pela atração de pequenos produtores e trabalhadores rurais em busca de fixação, transformou-se em um polo dinâmico da agricultura voltada à exportação. Hoje, caracteriza-se pela adoção generalizada de tecnologias avançadas na agricultura e pela integração de uma pecuária tecnificada aos sistemas agroindustriais.

Essa transição produtiva, do complexo agrícola tradicional para um complexo agroindustrial moderno, ocorreu no contexto da chamada “modernização dolorosa” (Silva, 1982), que implicou significativas transformações tecnológicas no setor primário. Como consequência, houve redução na capacidade de absorção de mão de obra e intensificação dos fluxos de emigração rural.

Paralelamente, o desenvolvimento econômico sustentado pelo crescimento dos setores secundário e terciário impulsionou um intenso processo de urbanização. Com isso, a região não apenas alterou sua distribuição populacional, mas também redefiniu os critérios de inserção socioeconômica, passando a exigir níveis mais elevados de qualificação formal dos imigrantes que nela buscavam oportunidades.

Bibliografia

- AMBERCOMBIE, K. C. Agricultural mechanization and employment in Latin America. *International labor Review*, Ithaca, v. 105, n. 6, p. 11-45, 1972.
- ANDRADE, R. P.; TOLEDO, C. de A. A. de; ANDRADE, F. A. G. de. MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NO OESTE PARANAENSE: A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS (1953-1959). *Educere et Educare*, [s. l.], v. 17, n. 42, p. 306–326, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/23876>. Acesso em: 28 maio 2025.
- CUNHA, J. M. P. et. al. **Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004. 225p. (Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso, TEXTOS NEPO 49).
- LAMB, T. L. **Migrações de jovens rurais e formação superior: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza – PR**. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/2925>. Acesso em: 28 maio 2025.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** as migrações que também migram. Tese (Doutorado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2003.

_____. O Paraná e as migrações – 1940 a 1991, Dissertação (Mestrado em Demografia), Cedeplar/UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (MG), 1996.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília: IPEA, 1994. 43p.

MARTINS, J. S. O Vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terras para plantar neste verão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, 1986.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná:** história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso. 2 ed. Toledo-PR: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004. 450 p.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense:** sua inserção na economia nacional. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 1997.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agro-industrial:** Um estudo da Frigobrás- Sadia de Toledo e das empresas comunitárias. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. UFPR, Curitiba (PR), 1995.

_____. **; Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**, Tese de Doutorado em Demografia, Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP - Universidade Estadual De Campinas, Campinas – SP, 2005.

_____. **; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A.** Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43, 2005, Ribeirão Preto, **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

_____. **; RIPPEL, V. C. L.; GOLFETO, N. V.** Desenvolvimento regional, migração e educação: o caso dos chefes de família no Oeste do Paraná (1950-2000). **Informe GEPEC**, Toledo, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/372>. Acesso em: 28 maio 2025.

_____. **; Movimentos migratórios e mobilidade na fronteira: o Oeste do Paraná frente às transformações intraregionais de 1970 a 2010.** Territórios e Fronteiras (Online), v. 8, p. 89-119, 2015.

_____. **: Toledo no Paraná : 75 anos de transformações econômicas e demográficas - 1946 - 2021/ Toledo in paraná: 75 years of economic transformations and demographics - 1946 - 2021.** INFORME GEPEC (ONLINE), v. 26, p. 81-101, 2022.

SANTOS, M; **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, S. L. **Criança e migração no Brasil: o perfil socioeconômico das matrículas das crianças migrantes no Censo Escolar de 2020.** 2023. 191 f. Mestrado em Educação

e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-09102023-102223/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Migração, Inserção Produtiva e Urbanização da Fronteira Agrícola: Um estudo sobre a Região Oeste do Paraná (1940 a 2000). **Tempo da Ciência**, [s. l.], v. 15, n. 29, p. 73–95, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1968>. Acesso em: 28 maio 2025.

SILVA, J. F. G. (Org.). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**: Ignácio Rangel. Porto Alegre: Ed. Universitária, 2000.

_____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

SILVA, O. et al. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1989. (Projeto História).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____.; SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). **Dinâmica da população**: teorias, métodos, e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SZMRECSÁNYI, T. População e Desenvolvimento Econômico. In SZMRECSÁNYI, T.; SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F. (Orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

TSCHÁ, O. da C. P.; RIPPET, R.; LIMA, J. F. de. Urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná. **Revista da FAE**, [s. l.], v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/281>. Acesso em: 28 maio 2025.

VENDRAMINI, C. R. et al. Migração, trabalho e escolarização de jovens em diferentes percursos escolares. **Perspectiva**, [s. l.], v. 38, n. 4, p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/67115>. Acesso em: 28 maio 2025.

WACHOWICZ, R. C. **Obraeiros, Mensus e Colonos**: História do Oeste Paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p. (IPEA, Série PNPE, 27).